

Aula 00

*CRO-AL (Analista Financeiro) Passo
Estratégico de Contabilidade Pública -
2024 (Pós-Edital)*

Autor:
Alexandre Violato Peyerl

30 de Novembro de 2024

Índice

1) Apresentação	3
2) Noções Gerais - Análise Estatística Quadrix	5
3) Noções Gerais - Roteiro de Revisão	7
4) Noções Gerais - Aposta Estratégica	19
5) Noções Gerais - Questões Estratégicas Quadrix	20
6) Noções Gerais - Questionário de Revisão	30
7) Noções Gerais - Lista de Questões Quadrix	35
8) Noções Gerais - Gabarito Quadrix	39
9) Noções Gerais - Referências Bibliográficas	40



APRESENTAÇÃO DO CURSO

Olá, seja muito bem-vindo ao nosso Passo Estratégico de Contabilidade Pública!

Sou Alexandre Violato Peyerl, Chefe Técnico da Fiscalização do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. Sou graduado em Administração e pós-graduado em Finanças e em Auditoria e Perícia Contábil. Comecei efetivamente a estudar para concursos no fim de 2014 e obtive várias aprovações, como Banco do Brasil (3º lugar para Curitiba), Analista de Projetos da Área Econômico-Financeira do BRDE (1º lugar geral), Administrador da Itaipu Binacional (2º lugar) e Agente da Fiscalização (Auditor de Controle Externo) do TCE/SP (2º lugar para Registro), onde trabalho hoje. Foi uma jornada árdua, com derrotas e vitórias, mas digo para você, estude muito, dê o seu melhor, pois valerá muito a pena!



O QUE É O PASSO ESTRATÉGICO?

O Passo Estratégico é um material escrito e enxuto que possui dois objetivos principais:

- a) orientar revisões eficientes;
- b) destacar os pontos mais importantes e prováveis de serem cobrados em prova.

Assim, o Passo Estratégico pode ser utilizado tanto para **turbinar as revisões dos alunos mais adiantados nas matérias, quanto para maximizar o resultado na reta final de estudos por parte dos alunos que não conseguirão estudar todo o conteúdo do curso regular.**

Em ambas as formas de utilização, como regra, **o aluno precisa utilizar o Passo Estratégico em conjunto com um curso regular completo.**

Isso porque nossa didática é direcionada ao aluno que já possui uma base do conteúdo.

Assim, se você vai utilizar o Passo Estratégico:

- a) **como método de revisão**, você precisará de seu curso completo para realizar as leituras indicadas no próprio Passo Estratégico, em complemento ao conteúdo entregue diretamente em nossos relatórios;
- b) **como material de reta final**, você precisará de seu curso completo para buscar maiores esclarecimentos sobre alguns pontos do conteúdo que, em nosso relatório, foram eventualmente expostos utilizando uma didática mais avançada que a sua capacidade de compreensão, em razão do seu nível de conhecimento do assunto.

Seu cantinho de estudos famoso!

Poste uma foto do seu cantinho de estudos e nos marque no Instagram:



@passoestrategico

Vamos repostar sua foto no nosso perfil para que ele fique famoso entre milhares de pessoas!

Bom, feitos os esclarecimentos, vamos descobrir os assuntos que possuem mais chances de cair na nossa prova?



CONTABILIDADE PÚBLICA – NOÇÕES GERAIS: CONCEITO, OBJETO, CAMPO DE APLICAÇÃO E ABRANGÊNCIA

ANÁLISE ESTATÍSTICA

TÓPICO	% DE COBRANÇA
Despesa Pública	26,89%
MCASP: Procedimentos Contábeis Patrimoniais	14,50%
Receita Pública.	14,35%
Contabilidade Pública: - Noções Gerais: conceito, objeto, campo de aplicação e abrangência	12,39%
Plano de Contas Aplicado ao Setor Público	9,06%
Introdução DCASP e Balanço Orçamentário	7,40%
Balanço Patrimonial	5,74%
Balanço Financeiro	3,32%
SIAFI e Conta Única	2,42%
Demonstração das Variações Patrimoniais	2,11%
DFC e DMPL	1,81%



O que é mais cobrado dentro do assunto?

TÓPICO	% DE COBRANÇA
Noções Gerais	64,63
Orçamentário x Patrimonial	35,37



ROTEIRO DE REVISÃO E PONTOS DO ASSUNTO QUE MERECEM DESTAQUE

A ideia desta seção é apresentar um roteiro para que você realize uma revisão completa do assunto e, ao mesmo tempo, destacar aspectos do conteúdo que merecem atenção.

Para revisar e compreender os aspectos introdutórios à contabilidade pública, você precisa, basicamente, entender os tópicos a seguir.

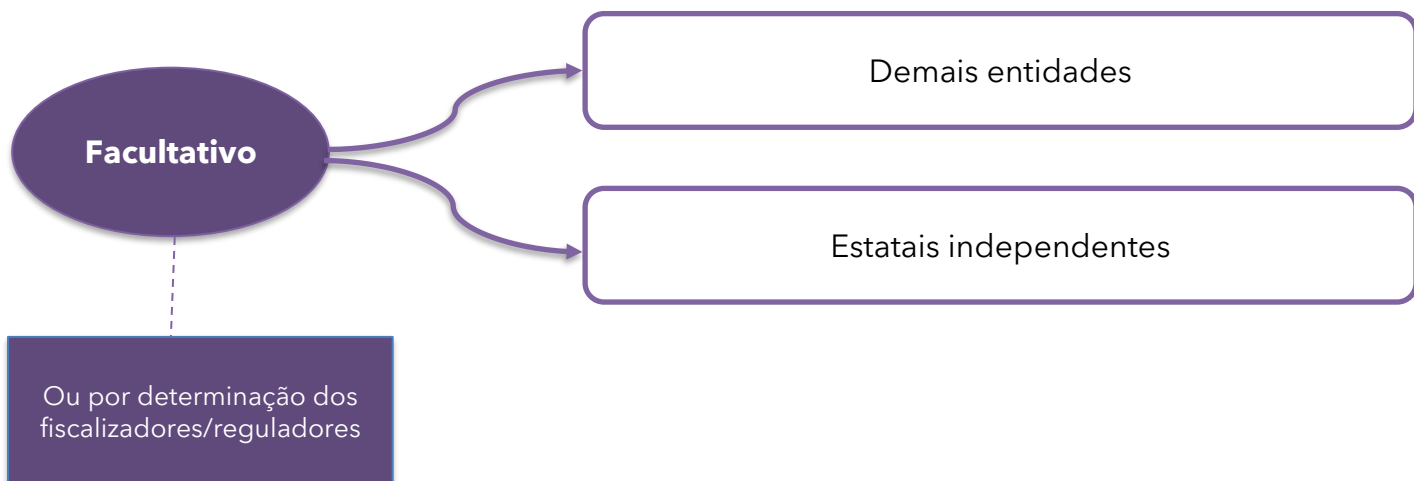
Primeiramente... **Cuidado se você tiver visto este tópico antes de 2016 e estiver revendo agora, bem como ao fazer questões antigas para treino.** Antigamente, conceituação, campo de aplicação, objeto e objetivos estavam na **NBC T 16.1, todavia, esta norma foi revogada** em setembro de 2016 pela NBC TSP Estrutura Conceitual. Aqui no Passo, por ser um material focado em revisão e consolidação do conteúdo, trabalharemos apenas sobre os conceitos vigentes ou, se revogados, ainda válidos ou passíveis de serem cobrados.

Conceito de contabilidade aplicada ao setor público¹: ramo da ciência contábil que aplica, no processo gerador de informações, os Princípios de Contabilidade e as normas contábeis direcionados ao controle patrimonial de entidades do setor público.



¹ Ainda que este conceito seja da revogada NBC T 16.1, ele é plenamente adequado ao estudo da nossa disciplina.





É comum que a banca ao invés de utilizar os termos obrigatório e facultativo, pergunte se o campo de aplicação se estende ou não a determinadas entidades. Nesse caso, se for obrigatório, diz-se que se estende, se for facultativo, que não se estende. O fundamento está na NBC TSP Estrutura Conceitual:

1.8A Esta estrutura conceitual e as demais NBCs TSP **aplicam-se, obrigatoriamente, às entidades do setor público** quanto à elaboração e divulgação dos RCPGs. Estão **compreendidos** no conceito de entidades do setor público: os **governos** nacionais, estaduais, distrital e municipais e seus **respectivos poderes** (abrangidos os tribunais de contas, as defensorias e o Ministério Público), órgãos, secretarias, departamentos, agências, autarquias, fundações (instituídas e mantidas pelo poder público), fundos, consórcios públicos e outras repartições públicas congêneres das administrações direta e indireta (**inclusive as empresas estatais dependentes**).

1.8D As **demais entidades** não compreendidas no item 1.8A, incluídas as empresas estatais independentes, **poderão aplicar esta estrutura conceitual e as demais NBCs TSP de maneira facultativa ou por determinação dos respectivos órgãos reguladores, fiscalizadores e congêneres**.

Muita atenção à diferenciação entre as estatais dependentes e as independentes:

1.8B As empresas **estatais dependentes** são empresas controladas que **recebem do ente controlador recursos financeiros para pagamento de despesas com pessoal, despesas de custeio em geral ou despesas de capital, excluídos, no último caso, aqueles provenientes de aumento de participação acionária**.

1.8C As **empresas estatais independentes** são todas as demais empresas controladas pelas entidades do setor público que não se enquadram nas características expostas no item 1.8B, as quais, **em princípio, não estão no alcance desta estrutura conceitual e das demais NBCs TSP** (ver item 1.8D).







Patrimônio Público: conjunto de direitos e bens, tangíveis ou intangíveis, onerados ou não, adquiridos, formados, produzidos, recebidos, mantidos ou utilizados pelas entidades do setor público, que seja portador ou represente um fluxo de benefícios, presente ou futuro, inerente à prestação de serviços públicos ou à exploração econômica por entidades do setor público e suas obrigações.

Em relação aos bens públicos, lembre-se dos três tipos e quais são controlados pela contabilidade pública:

- **Bens de uso especial** - utilizados pela administração pública para atingir seus fins. São controlados pela CASP.
- **Bens dominicais** - estão sob domínio do Poder Público, mas não possuem um fim específico. São controlados pela CASP.
- **Bens de uso comum do povo** - são aqueles que a sociedade como um todo usufrui. Nem sempre são controlados pela CASP, mas somente em alguns casos, como quando absorvem (ou absorveram) recursos públicos.

Objetivos da Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP)

- **Fornecer informações** sobre:
 - Resultados alcançados
 - Aspectos de natureza:
 - Orçamentária - relacionados ao orçamento público propriamente dito.
 - Financeira - relacionados ao fluxo de caixa.
 - Econômica - relacionados aos resultados.
 - Física - relacionados à existência física dos elementos.



- Apoiar:
 - Tomada de decisão
 - Prestação de contas
 - Instrumentalização do controle social

O estudo da Contabilidade Aplicada ao Setor Público está amparado em diversos documentos, dentre os quais possuem maior importância o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), as NBCs TSPs e a Lei nº 4.320/64.

O MCASP é bastante abrangente e será abordado com frequência a partir da próxima aula.

Nessa parte introdutória, é importante que você conheça alguns pontos da NBC TSP Estrutura Conceitual.

Objetivos da elaboração e da divulgação da informação contábil.

- Esta parte está no item 2 da NBC TSP Estrutura Conceitual. A literalidade dele costuma ser cobrada, portanto faça a sua leitura (transcrevemos na íntegra logo abaixo).
- Parte do pressuposto de que o **objetivo principal da maioria das entidades do setor público é prestar serviços à sociedade**, em vez de obter lucros e gerar retorno aos investidores.
- Fornecimento de informações sobre a entidade do setor público que sejam úteis aos usuários dos RCPGs.
- Objetivos -> Subsidiar:
 - Processos decisórios
 - Prestação de contas
 - Responsabilização (*accountability*)

2. O objetivo principal da maioria das entidades do setor público é prestar serviços à sociedade, em vez de obter lucros e gerar retorno financeiro aos investidores. Consequentemente, o desempenho de tais entidades pode ser apenas parcialmente avaliado por meio da análise da situação patrimonial, do desempenho e dos fluxos de caixa. Os RCPGs fornecem informações aos seus usuários para subsidiar os processos decisórios e a prestação de contas e responsabilização (*accountability*). Portanto, os usuários dos RCPGs das entidades do setor público precisam de informações para subsidiar as avaliações de algumas questões, tais como:



- (a) se a entidade prestou seus serviços à sociedade de maneira eficiente e eficaz;
- (b) quais são os recursos atualmente disponíveis para gastos futuros, e até que ponto há restrições ou condições para a utilização desses recursos;
- (c) a extensão na qual a carga tributária, que recai sobre os contribuintes em períodos futuros para pagar por serviços correntes, tem mudado; e
- (d) se a capacidade da entidade para prestar serviços melhorou ou piorou em comparação com exercícios anteriores.

Relatório Contábil de Propósito Geral das Entidades do Setor Público (RCPG)

- Elaborado para atender às necessidades dos **usuários em geral**.
- **Não tem o propósito de atender a finalidades ou necessidades específicas de determinados grupos de usuários.**
- Podem compreender relatórios diversos, cada qual atendendo a certos aspectos dos objetivos e do alcance da elaboração e divulgação da informação contábil.
- Abrangem:
 - Demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas.
 - Apresentação de informações que aprimoram, complementam e suplementam as demonstrações contábeis.
- A informação sobre a situação patrimonial possibilita aos usuários identificarem os recursos da entidade e as demandas sobre eles, o que subsidia avaliações como:
 - Extensão na qual a administração **cumpriu suas obrigações** em salvaguardar e administrar os recursos da entidade.
 - Extensão na qual os **recursos estão disponíveis** para dar suporte às atividades relativas à prestação de serviços futuros e às **mudanças** durante o exercício.
 - **Montantes e o cronograma** de fluxos de caixa futuros necessários aos serviços e ao pagamento das demandas existentes sobre os recursos da entidade.
- Para auxiliar os usuários a entender, interpretar e inserir em contexto a informação apresentada nas demonstrações contábeis, os RCPGs também podem fornecer informações financeiras e não financeiras que aprimoram, complementam e suplementam as demonstrações contábeis, inclusive as informações sobre questões relacionadas ao governo ou outra entidade do setor público, tais como:



- Conformidade com os orçamentos aprovados e outra regulamentação relativa às suas operações;
 - Atividades de prestação de serviços e os seus respectivos resultados durante o exercício;
 - Expectativas relacionadas às atividades de prestação de serviços e outras atividades no futuro, bem como as consequências, em longo prazo, das decisões tomadas e das atividades realizadas durante o exercício, inclusive aquelas que possam impactar as expectativas sobre o futuro.
- Como a informação contábil impõe custos, seus benefícios devem justificá-los. Portanto, essa relação custo-benefício deve ser feita, o que se trata de um julgamento de valor, pois nem sempre é possível identificar todos os custos e benefícios da informação incluída no RCPG.



Cabe destacar ainda que a Estrutura Conceitual traz normas gerais, todavia, quando tiver conflito entre ela e normas específicas vigentes, prevalecem as normas específicas.

Características qualitativas da informação contábil

As características qualitativas da informação incluídas nos RCPGs são atributos que tornam a informação útil aos usuários e dão suporte ao cumprimento dos objetivos da informação contábil.

Características qualitativas:

- **Relevância** - capacidade de influenciar significativamente o cumprimento dos objetivos da elaboração e da divulgação da informação contábil. As demonstrações são capazes de influenciar quando têm valor confirmatório, preditivo ou ambos.
 - As informações têm valor confirmatório se confirmarem ou alterarem expectativas passadas ou presentes.
 - As informações têm valor preditivo quando são voltadas ao futuro, apresentando informações acerca dos objetivos, custos e atividades previstas da prestação de serviços, além do montante e das fontes de recursos que se destinam a serem alocados na prestação de serviços no futuro.
 - Mesmo que alguns usuários já conheçam a informação ou decidam desconsiderá-la, ela será considerada relevante caso tenha o potencial de exercer influência.
- **Representação fidedigna** - é alcançada quando a representação do fenômeno é **completa, neutra e livre de erro material**.
 - Neutralidade corresponde à ausência de viés, o que significa que informação não é apresentada buscando atingir um resultado em particular.
 - Estar livre de erro material não significa exatidão completa, mas que não há erros ou omissões que sejam individualmente ou coletivamente relevantes na descrição do fenômeno.
- **Compreensibilidade** - permite que os usuários compreendam o seu significado. É aprimorada quando a informação é classificada e apresentada de maneira clara e sucinta.
 - A comparabilidade pode aprimorar a compreensibilidade.
- **Tempestividade** - disponibilidade para o usuário a tempo de ela ser útil para fins do objetivo da elaboração e divulgação da informação contábil.
 - A informação deve estar disponível aos usuários antes que ela perca a sua capacidade de ser útil para fins de prestação de contas, responsabilização (*accountability*) e tomada de decisão.



- **Comparabilidade** - possibilita ao usuário identificar semelhanças e diferenças entre dois conjuntos de fenômenos.
 - A comparabilidade difere da consistência. A consistência se refere à utilização dos mesmos princípios ou políticas contábeis e da mesma base de elaboração. A comparabilidade é o objetivo, enquanto a consistência auxilia a atingi-la.
 - Não é necessário haver uniformidade para haver comparabilidade. Informações semelhantes devem parecer semelhantes, informações distintas devem parecer distintas.
- **Verificabilidade** - ajuda a assegurar aos usuários que a informação contida nas demonstrações contábeis representa fielmente os fenômenos econômicos de outra natureza que se propõe a representar.
 - Para ser verificável, a informação não precisa ser um ponto único estimado, podendo também ser utilizado um intervalo de possíveis valores e suas probabilidades.

Restrições inerentes à informação:

- **Materialidade** - a informação é material quando a sua omissão ou distorção puder influenciar o cumprimento do dever de prestação de contas e responsabilização, ou as decisões que os usuários tomam com base nas demonstrações contábeis elaboradas para aquele exercício. Não há um limite predeterminado uniforme a partir do qual a informação é considerada material.
- **Custo-benefício** - se os benefícios de divulgar uma informação justificam os custos incorridos para fornecê-la e utilizá-la.
- **Alcance do equilíbrio adequado entre as características qualitativas** - deve-se buscar o equilíbrio entre as características qualitativas para satisfazer aos objetivos da elaboração e da divulgação da informação contábil, pois em muitos casos é necessária uma compensação entre elas para alcançar os objetivos da informação.

Elementos das demonstrações contábeis

- **Ativo** - recurso controlado no presente pela entidade como resultado de evento passado.
 - Recurso - item com potencial de serviços ou com a capacidade de gerar benefícios econômicos.
 - A propriedade legal do recurso não é uma característica essencial de um ativo, no entanto, é um indicador de controle.



- **Passivo** - obrigação presente, derivada de evento passado, cuja extinção deva resultar na saída de recursos da entidade.
 - Um passivo deve envolver uma saída de recursos da entidade para ser liquidado ou extinto. A obrigação que pode ser liquidada ou extinta sem a saída de recursos da entidade não é um passivo.
- **Situação patrimonial líquida** - diferença entre os ativos e os passivos após a inclusão de outros recursos e a dedução de outras obrigações, reconhecida na demonstração que evidencia a situação patrimonial como patrimônio líquido.
- **Receita** - aumentos na situação patrimonial líquida da entidade não oriundos de contribuições dos proprietários.
- **Despesa** - diminuições na situação patrimonial líquida da entidade não oriundas de distribuições aos proprietários.
- **Superávit ou déficit da entidade para o exercício** - diferença entre as receitas e as despesas que constam nas demonstrações que evidencia o desempenho das entidades do setor público.
- **Contribuição dos proprietários** - entrada de recursos para a entidade a título de contribuição das partes externas, que estabelece ou aumenta a participação delas no patrimônio líquido da entidade.
- **Distribuição aos proprietários** - saída de recursos da entidade a título de distribuição a partes externas, que representa retorno sobre a participação ou a redução dessa participação no patrimônio líquido da entidade.

Orçamentário X Patrimonial

Mesmo que este seja seu primeiro contato com esta disciplina, se você já estudou Contabilidade, lembra que temos os regimes de caixa e o de competência:

- **Regime de competência** -> os registros contábeis são realizados em função do fato gerador, independentemente do recebimento ou pagamento dos valores.
- **Regime de caixa** -> os registros contábeis são realizados em função dos efetivos recebimentos ou pagamentos dos valores.

Em Contabilidade Pública, os lançamentos podem ainda ser patrimoniais ou orçamentários. De início, é essencial que você conheça estes artigos da Lei nº 4.320/64:

*"Art. 34. O **exercício financeiro** coincidirá com o **ano civil**."*



Esse artigo é simples e cobrado com frequência, não se esqueça dele:



"Art. 35. Pertencem ao exercício financeiro:

I - as **receitas nêle arrecadadas**;

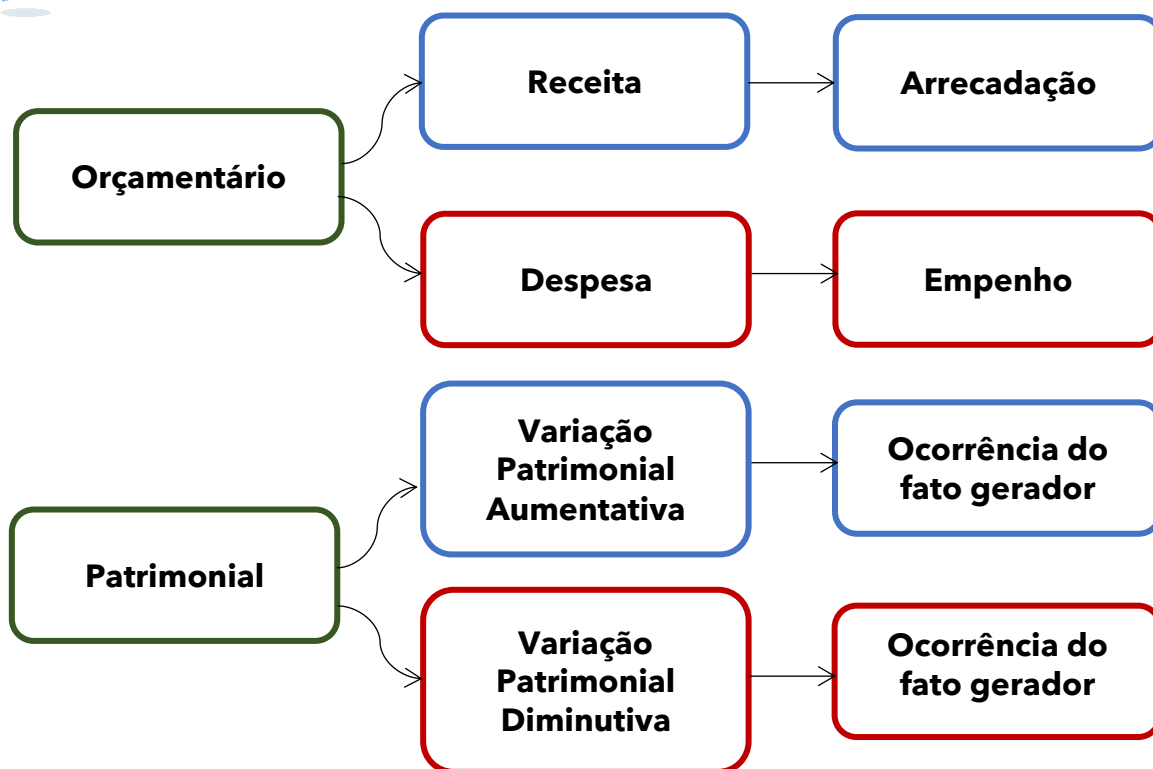
II - as **despesas nêle legalmente empenhadas**."

O artigo 35 diz respeito aos **lançamentos orçamentários** e traz um regime misto, em que as **receitas são reconhecidas pelo regime de caixa** e as **despesas pelo regime de competência**.

Todavia, nos lançamentos patrimoniais, segue-se o **regime de competência**.



ESQUEMATIZANDO



Para consolidar...

Pense no IPTU da sua casa. No início do ano, a Prefeitura já reconhece a VPA por conta da constituição da sua obrigação em pagar o imposto. Todavia, a receita orçamentária será reconhecida somente no momento da arrecadação.

É importante que você entenda bem essa diferença, mas se tiver com alguma dificuldade, não se preocupe, pois ela será revista várias vezes nas próximas aulas.

Princípios da Contabilidade

Os Princípios da Contabilidade estavam previstos na Resolução nº 750/93. Todavia, esta foi revogada com a publicação da NBC TSP Estrutura Conceitual, que faz parte do processo de convergência às normas internacionais.

Isso não necessariamente significa que os princípios estejam extintos, mas sim que a norma foi revogada para evitar eventuais conflitos de referências conceituais. Após a revogação a cobrança vem sendo muito rara, mas ainda assim entendo que seja importante você conhecer os seguintes:

Entidade - O patrimônio da entidade não se confunde com o patrimônio dos sócios. A entidade possui autonomia patrimonial. A soma ou agregação de patrimônios autônomos não resulta em nova entidade.

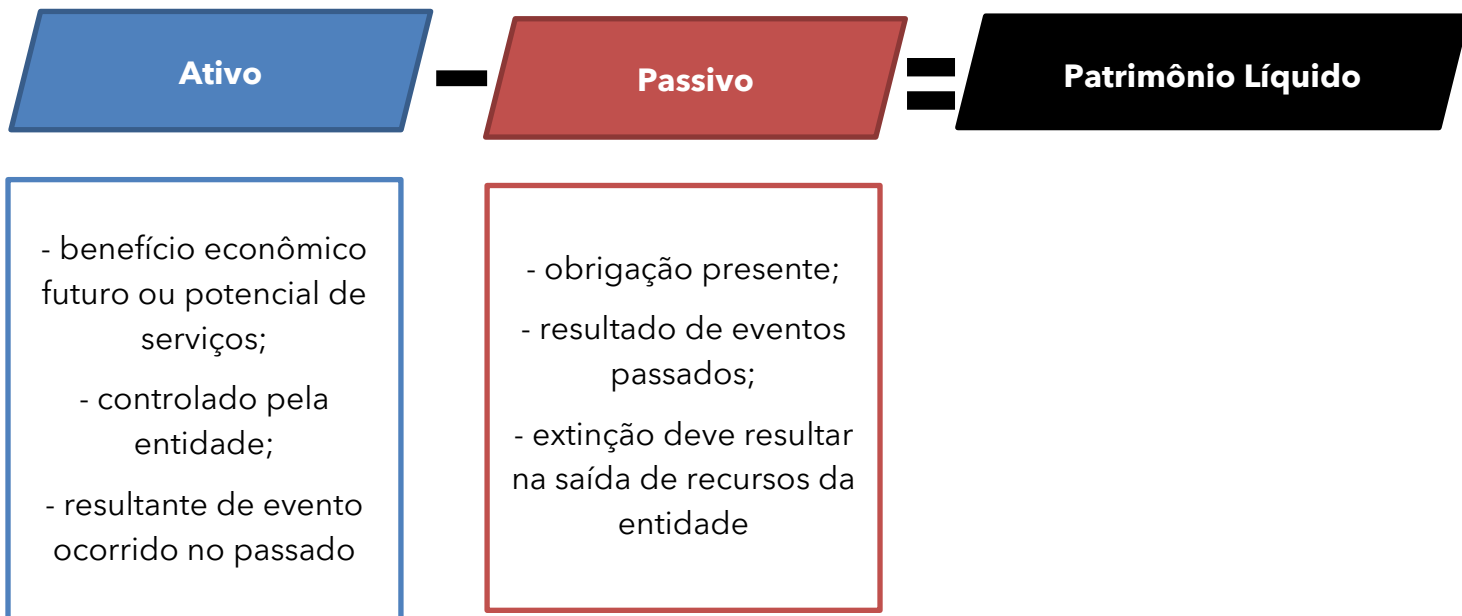
Oportunidade - Refere-se ao processo de mensuração e apresentação dos componentes patrimoniais para produzir informações íntegras e tempestivas. A falta de integridade e tempestividade na produção e na divulgação da informação contábil pode ocasionar a perda de sua relevância, sendo necessário ponderar a relação entre a oportunidade e a confiabilidade da informação.

Competência - Determina que os efeitos das transações e outros eventos sejam reconhecidos nos períodos a que se referem, independentemente do recebimento ou pagamento.



APOSTA ESTRATÉGICA

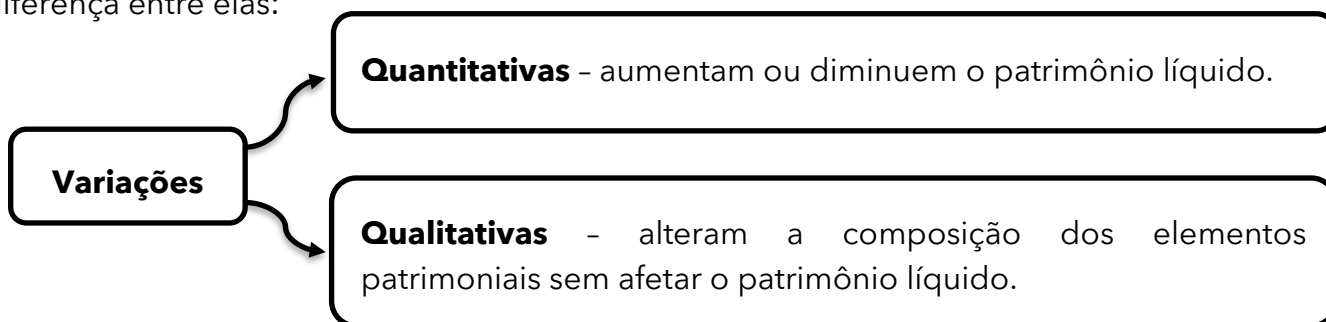
Dentre os assuntos abordados neste relatório, é de suma importância que você entenda as características básicas do ativo, do passivo e do patrimônio líquido.



No mesmo sentido, é importante conhecer o Resultado Patrimonial:



É muito provável ainda que a banca apresente algumas transações e peça que você identifique se são variações patrimoniais quantitativas ou qualitativas. Portanto, lembre-se da principal diferença entre elas:



QUESTÕES ESTRATÉGICAS



Noções Gerais

1. (Quadrix/2022/CRECI 11/Contador)

Entre as características qualitativas da informação contábil, destaca-se a relevância. A informação é relevante se a sua omissão ou distorção puder influenciar o cumprimento do dever de prestação de contas e responsabilização (*accountability*).

Comentários

Quando a omissão ou distorção de uma informação puder influenciar o cumprimento do dever de prestação de contas e responsabilização, isso significa que a informação é **material**, conforme NBC TSP Estrutura Conceitual:

3.32 A informação é **material** se a sua **omissão ou distorção puder influenciar o cumprimento do dever de prestação de contas e responsabilização (*accountability*)**, ou as decisões que os usuários tomam com base nos RCPGs elaborados para aquele exercício. A materialidade depende tanto da natureza quanto do montante do item analisado dentro das particularidades de cada entidade. Os RCPGs podem englobar informação qualitativa e quantitativa acerca do cumprimento da prestação de serviços durante o período de referência e das expectativas sobre a prestação de serviço e o desempenho no futuro. Consequentemente, não é possível especificar um limite quantitativo uniforme no qual determinada informação se torna material.

A questão, portanto, está errada, pois trata da materialidade, que é uma restrição inerente à informação. A relevância, por sua vez, é a característica qualitativa que diz respeito à capacidade da informação contábil influenciar significativamente o cumprimento dos objetivos da elaboração e da divulgação da informação contábil.

Gabarito: Errado



2. (Quadrix/2022/CRMV MS/Contador)

Segundo o entendimento da Secretaria do Tesouro Nacional, é facultativa a adoção das normas do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público pelo Conselho Regional de Medicina Veterinária de Mato Grosso do Sul.

Comentários

De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (9ª edição), elaborado pela Secretaria do Tesouro Nacional:

Os **Conselhos Profissionais** e as demais entidades não compreendidas no conceito de entidades do setor público, incluídas as empresas estatais independentes, **poderão aplicar as normas estabelecidas no MCASP de maneira facultativa** ou por determinação dos respectivos órgãos reguladores, fiscalizadores e congêneres.

Sendo facultativa a aplicação das normas pelos Conselhos Profissionais, a questão está correta.

Gabarito: Certo

3. (Quadrix/2022/CAU SC/Analista Administrativo e Financeiro)

O Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), atualmente em sua 9ª edição, estabelece um novo marco para a contabilidade pública brasileira, alçando o patrimônio como seu objeto de estudo, sem ignorar, no entanto, as disposições da Lei nº 4.320/1964, cujo viés é predominantemente orçamentário. Nesse sentido, é correto afirmar que o MCASP se aplica,

- a) facultativamente, às câmaras municipais de vereadores.
- b) facultativamente, às empresas estatais independentes.
- c) facultativamente, às empresas estatais dependentes.
- d) obrigatoriamente, aos conselhos de fiscalização de atividades profissionais.
- e) obrigatoriamente, às entidades sindicais e aos partidos políticos.

Comentários

Vejamos cada caso:

Câmaras municipais de vereadores - aplicação obrigatória, letra A errada.

Empresas estatais independentes - aplicação facultativa, letra B correta.

Empresas estatais dependentes - aplicação obrigatória, letra C errada.

Conselhos de fiscalização de atividades profissionais - aplicação facultativa, letra d errada.

Entidades sindicais e partidos políticos - aplicação facultativa, letra e errada.

Gabarito: B



4. (Quadrix/2022/COREN AP/Contador)

As empresas estatais independentes e as autarquias poderão, de forma facultativa, adotar as Normas de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade.

Comentários

As empresas estatais independentes realmente podem aplicar de forma facultativa as normas, contudo, as autarquias devem aplicar obrigatoriamente as Normas de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, conforme NBC TSP Estrutura Conceitual:

1.8A **Esta estrutura conceitual e as demais NBCs TSP aplicam-se, obrigatoriamente**, às entidades do setor público quanto à elaboração e divulgação dos RCPGs. Estão compreendidos no conceito de entidades do setor público: os governos nacionais, estaduais, distrital e municipais e seus respectivos poderes (abrangidos os tribunais de contas, as defensorias e o Ministério Público), órgãos, secretarias, departamentos, agências, **autarquias**, fundações (instituídas e mantidas pelo poder público), fundos, consórcios públicos e outras repartições públicas congêneres das administrações direta e indireta (inclusive as empresas estatais dependentes).

Gabarito: Errado

5. (Quadrix/2022/COREN AP/Contador)

De acordo com a NBC TSP - estrutura conceitual, o objetivo da elaboração e da divulgação da informação contábil é fornecer informações para fins de prestação de contas, responsabilização (accountability) e tomada de decisão.

Comentários

O enunciado traz corretamente os objetivos previstos na NBC TSP - estrutura conceitual:

2.1 Os **objetivos** da elaboração e divulgação da informação contábil estão relacionados ao fornecimento de informações sobre a entidade do setor público que são úteis aos usuários dos RCPGs para a **prestação de contas e responsabilização (accountability) e tomada de decisão**.

Gabarito: Certo



6. (Quadrix/2022/CREMERO/Controle Interno)

As Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP), emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, são de observância obrigatória pelos Conselhos de Fiscalização Profissional, haja vista sua natureza jurídica de autarquia. Entre essas normas, destaca-se a NBC TSP – Estrutura Conceitual, de 23/9/2016, que aprovou a estrutura conceitual para elaboração e divulgação de informação contábil de propósito geral pelas entidades do setor público. Segundo o referido diploma, julgue o item.

Os relatórios contábeis de propósito geral contêm informação financeira prospectiva acerca da sustentabilidade das finanças do ente público; um exemplo disso são os relatórios fiscais dedicados à evidenciação da variação da dívida pública em determinado período, bem como da obtenção de resultados primários e nominais.

Comentários

Perfeito! Primeiramente, vejamos o que diz a NBC TSP – Estrutura Conceitual:

11. Conseqüentemente, as demonstrações que evidenciam a situação patrimonial e o desempenho não fornecem todas as informações que os usuários precisam conhecer a respeito dos programas de longo prazo. Os efeitos financeiros de determinadas decisões poderão ser observados após muitos anos. Dessa forma, os RCPGs, ao conterem **informações financeiras prospectivas** acerca da **sustentabilidade em longo prazo** das finanças e de programas essenciais da entidade do setor público, são documentos necessários para fins de prestação de contas e responsabilização (*accountability*) e tomada de decisão, como será visto no Capítulo 2.

As informações financeiras prospectivas são as que permitem ao usuário avaliar a continuidade das atividades da instituição. Informações como endividamento e resultados demonstram a situação econômico-financeira da entidade e indicam a capacidade que ela tem de financiar suas atividades, sendo exemplos de informações prospectivas, de forma que a questão está correta.

Gabarito: Certo

7. (Quadrix/2022/CRC PR/Assistente Financeiro)

De acordo com o MCASP, as normas de contabilidade pública ali contidas são de observância facultativa para as empresas estatais independentes e os conselhos profissionais, salvo determinação dos respectivos órgãos reguladores ou fiscalizadores.

Comentários

Tanto as empresas estatais independentes como os conselhos profissionais aplicam facultativamente as normas de contabilidade aplicada ao setor público, de forma que a questão está correta, em conformidade com o que prevê o MCASP (9ª edição):



Os **Conselhos Profissionais** e as demais entidades não compreendidas no conceito de entidades do setor público, **incluídas as empresas estatais independentes, poderão aplicar as normas estabelecidas no MCASP de maneira facultativa** ou por determinação dos respectivos órgãos reguladores, fiscalizadores e congêneres.

Gabarito: Certo

8. (Quadrix/2022/CRC PR/Assistente Financeiro)

No que se refere às características qualitativas da informação contábil previstas no MCASP, é correto afirmar que, para uma informação ser relevante, ela deve ser capaz de influenciar significativamente as decisões de seus usuários; nesse sentido, a informação deixa de ser relevante quando um usuário em específico deixa de considerá-la em seu processo decisório.

Comentários

Vejamos o que diz a NBC TSP Estrutura Conceitual:

3.6. As informações financeiras e não financeiras são relevantes caso sejam capazes de influenciar significativamente o cumprimento dos objetivos da elaboração e da divulgação da informação contábil. As informações financeiras e não financeiras são capazes de exercer essa influência quando têm valor confirmatório, preditivo ou ambos. **A informação pode ser capaz de influenciar e, desse modo, ser relevante, mesmo se alguns usuários decidirem não considerá-la ou já estiverem cientes dela.**

Concluimos, portanto, que a questão está errada ao afirmar que a informação deixa de ser relevante quando um usuário específico deixa de considerá-la em seu processo decisório.

Gabarito: Errado

9. (Quadrix/2022/CRC PR/Assistente Financeiro)

A característica qualitativa da informação contábil denominada representação fidedigna é alcançada quando, no registro de um fenômeno econômico, ocorrer a prevalência da essência da transação sobre sua forma jurídica.

Comentários

A representação fidedigna está relacionada à prevalência da essência sobre a forma, de modo que a questão está correta, em conformidade com a NBC TSP Estrutura Conceitual:

3.10 Para ser útil como informação contábil, a informação deve corresponder à representação fidedigna dos fenômenos econômicos e outros que se pretenda representar. A **representação fidedigna** é alcançada quando a representação do fenômeno é completa, neutra e livre de erro material. A informação que representa



fielmente um fenômeno econômico ou outro fenômeno **retrata a substância da transação, a qual pode não corresponder, necessariamente, à sua forma jurídica.**

Gabarito: Certo

10.(Quadrix/2022/CRC PR/Analista - Operacional)

O objetivo da edição das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público pelo Conselho Federal de Contabilidade é alinhar as práticas contábeis brasileiras aos padrões internacionais, valorizando a contabilidade patrimonial e resgatando o patrimônio como objeto da ciência contábil.

Comentários

Correto! Questão baseada logo no início do MCASP (9ª edição), que traz a contextualização da elaboração das normas de contabilidade aplicada ao setor público:

Dessa forma, a STN editou o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) e o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), com abrangência nacional, que permitem e regulamentam o registro da aprovação e execução do orçamento, **resgatam o objeto da contabilidade - o patrimônio, e buscam a convergência aos padrões internacionais**, tendo sempre em vista a legislação nacional vigente e os princípios da ciência contábil.

Gabarito: Certo

11.(Quadrix/2022/COREN AP/Contador)

Um dos elementos das demonstrações contábeis, segundo a NBC TSP - estrutura conceitual, é o ativo, conceituado pela Norma como um recurso controlado no presente pela entidade, como resultado de um evento passado.

Comentários

O enunciado traz corretamente a definição de Ativo prevista na NBC TSP Estrutura Conceitual:

5.6 Ativo é um recurso controlado no presente pela entidade como resultado de evento passado.

Gabarito: Certo

12.(Quadrix/2022/CREMERO/Controle Interno)

Recurso é um item com potencial de geração de serviços ou com a capacidade de gerar benefícios econômicos; a fim de suprir suas necessidades financeiras para cobertura dos custos das políticas públicas, as entidades do setor público utilizam seus ativos imobilizados, principalmente, com a finalidade de gerar benefícios econômicos.



Comentários

A primeira parte da questão está correta, pois traz corretamente a definição de recurso, em linha com a NBC TSP Estrutura Conceitual:

5.7 **Recurso** é um item com potencial de serviços ou com a capacidade de gerar benefícios econômicos. A forma física não é uma condição necessária para um recurso. O potencial de serviços ou a capacidade de gerar benefícios econômicos podem surgir diretamente do próprio recurso ou dos direitos de sua utilização. Alguns recursos incluem os direitos da entidade a uma série de benefícios, inclusive, por exemplo, o direito a:

Contudo, a segunda parte da questão está errada, pois as entidades públicas em regra utilizam seus ativos imobilizados para manter suas atividades, e não para gerar benefícios econômicos. Inclusive, a própria NBC TSP Estrutura Conceitual afirma:

14. **No setor público, a principal razão de se manterem ativos imobilizados** e outros ativos é voltada para o **potencial de serviços desses ativos e, não, para a sua capacidade de gerar fluxos de caixa**. Em razão dos tipos de serviços prestados, uma parcela significativa dos ativos utilizados pelas entidades do setor público é especializada, como, por exemplo, os ativos de infraestrutura e os ativos militares. Pode existir mercado limitado para esses ativos e, mesmo assim, eles podem necessitar de uma considerável adaptação para serem utilizados por outros operadores. Esses fatores têm implicações para a mensuração desses ativos. (...)

Gabarito: Errado

Orçamentário x Patrimonial

13.(Quadrix/2022/COREN AP/Contador)

No Brasil, de acordo com a Lei n.º 4.320/1964, adota-se um regime contábil misto para o reconhecimento de receitas e despesas orçamentárias.

Comentários

Perfeito! O entendimento é que o regime adotado pela Lei nº 4.320/64 é misto, ao utilizar-se o regime de caixa para as receitas (arrecadação) e o regime de competência para as despesas (empenho).

Gabarito: Certo

14.(Quadrix/2022/CRC PR/Assistente Financeiro)

A Lei n.º 4.320/1964 determina que pertencem ao exercício financeiro as receitas nele recolhidas e as despesas nele liquidadas, e tais receitas e despesas serão utilizadas como parâmetro para apuração do resultado orçamentário.



Comentários

A questão está errada ao associar incorretamente os estágios de receitas e despesas em que elas são reconhecidas. Corrigindo o enunciado:

“A Lei n.º 4.320/1964 determina que pertencem ao exercício financeiro as receitas nele recolhidas **arrecadadas** e as despesas nele liquidadas **empenhadas**, e tais receitas e despesas serão utilizadas como parâmetro para apuração do resultado orçamentário.”

Gabarito: Errado

15.(Quadrix/2022/CRC PR/Assistente Financeiro)

De acordo com a lógica de funcionamento do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, o registro contábil das receitas orçamentárias no estágio do lançamento não se utiliza de contas contábeis de natureza orçamentária, apenas de contas patrimoniais.

Comentários

Questão que pode ter ficado difícil se você ainda não estudou o PCASP, o qual será objeto de aula futura.

Sob a ótica patrimonial, é comum que a Variação Patrimonial Aumentativa ocorra no estágio do lançamento, sendo este o momento em que se registra o fato gerador da receita. Contudo, a receita orçamentária somente será reconhecida posteriormente, quando ocorrer a arrecadação da receita.

Portanto, a questão está correta, pois o registro contábil realizado no momento do lançamento não utiliza de contas de natureza orçamentária, mas apenas de natureza patrimonial.

Gabarito: Certo

16.(Quadrix/2022/CRC PR/Analista Contábil)

No Brasil, coexistem, atualmente, dois regimes contábeis ligados às receitas e às despesas do setor público: um deles é referente à execução orçamentária, regida pela Lei n.º 4.320/1964, em que se contabilizam as receitas no momento da arrecadação e as despesas no momento do empenho; o outro está ligado às variações havidas no patrimônio líquido sob o enfoque patrimonial e obedece ao regime contábil de competência em função da NBC TSP - Estrutura Conceitual.

Comentários

Perfeito! A questão resume bem os regimes orçamentário e patrimonial e seus normativos.

Lei n.º 4.320/64 -> Prevê o regime misto, de natureza orçamentária, em que se reconhecem as receitas na arrecadação e as despesas no empenho.



NBC TSP Estrutura Conceitual -> Prevê o regime de competência, de natureza patrimonial, em que se reconhecem as variações patrimoniais conforme a ocorrência do fato gerador.

Gabarito: Certo

17.(Quadrix/2022/CRC PR/Inspetor Fiscal)

O registro das variações patrimoniais, aumentativas ou diminutivas, deverá obedecer ao regime previsto no art. 35 da Lei n.º 4.320/1964: caixa para receitas e competência para despesas.

Comentários

É o registro das receitas e das despesas orçamentárias que deverá obedecer ao regime previsto no artigo 35 da Lei nº 4.320/64. O registro das variações patrimoniais aumentativas ou diminutivas deverá obedecer ao regime de competência, sendo reconhecidas conforme a ocorrência do fato gerador.

Gabarito: Errado

18.(Quadrix/2022/CRC PR/Inspetor Fiscal)

Durante a execução orçamentária, para uma despesa ser considerada realizada, ela precisa, necessariamente, passar por três estágios: empenho, liquidação e pagamento.

Comentários

Durante a execução orçamentária, para uma despesa ser considerada realizada, basta ela passar pelo estágio do empenho, de forma que a questão está errada.

Gabarito: Errado

19.(Quadrix/2022/CRT 4[PR e SC]/Analista Administrativo)

Para alcançar o objetivo de prover o bem-estar social à população, o governo necessita arrecadar receitas, que devem estar previstas na lei orçamentária respectiva. Em relação a esse tema, julgue o item a seguir.

O simples fato de prever uma receita de serviços na lei orçamentária anual já é suficiente para ocasionar impacto positivo no balanço patrimonial do ente da Federação.

Comentários

Errado! O impacto positivo no balanço patrimonial ocorrerá somente no momento que o serviço for prestado, ocorrendo o fato gerador, momento em que será reconhecida a variação patrimonial aumentativa. Posteriormente, quando ocorrer a arrecadação dessa receita, será reconhecida a receita orçamentária.

Gabarito: Errado



20.(Quadrix/2022/CRT 4[PR e SC]/Analista Administrativo)

O consumo da dotação orçamentária fixada na lei orçamentária anual ocorre no momento do pagamento da despesa, de acordo com a Lei n.º 4.320/1964.

Comentários

O consumo da dotação orçamentária ocorre no momento do empenho da despesa, não no pagamento. Portanto, a questão está errada.

Gabarito: Errado



QUESTIONÁRIO DE REVISÃO E APERFEIÇOAMENTO

A ideia do questionário é elevar o nível da sua compreensão no assunto e, ao mesmo tempo, proporcionar uma outra forma de revisão de pontos importantes do conteúdo, a partir de perguntas que exigem respostas subjetivas.

São questões um pouco mais desafiadoras, porque a redação de seu enunciado não ajuda na sua resolução, como ocorre nas clássicas questões objetivas.

O objetivo é que você realize uma autoexplicação mental de alguns pontos do conteúdo, para consolidar melhor o que aprendeu ;)

Além disso, as questões objetivas, em regra, abordam pontos isolados de um dado assunto. Assim, ao resolver várias questões objetivas, o candidato acaba memorizando pontos isolados do conteúdo, mas muitas vezes acaba não entendendo como esses pontos se conectam.

Assim, no questionário, buscaremos trazer também situações que ajudem você a conectar melhor os diversos pontos do conteúdo, na medida do possível.

É importante frisar que não estamos adentrando em um nível de profundidade maior que o exigido na sua prova, mas apenas permitindo que você compreenda melhor o assunto de modo a facilitar a resolução de questões objetivas típicas de concursos, ok?

Nosso compromisso é proporcionar a você uma revisão de alto nível!

Vamos ao nosso questionário:

Perguntas

- 1. Dentre as empresas estatais, quais são obrigadas e quais aplicam facultativamente as normas da Contabilidade Aplicada ao Setor Público?**
- 2. Qual o objeto da contabilidade aplicada ao setor público?**
- 3. O RCPG tem o propósito de atender as necessidades específicas de qual grupo de usuários?**
- 4. O que abrange o RCPG?**



- 5. Quem são os usuários primários dos RCPG?**
- 6. Se houver algum conflito entre a NBC TSP Estrutura Conceitual e alguma norma específica, qual deve prevalecer?**
- 7. Quais as seis características qualitativas apresentadas pela NBC TSP Estrutura Conceitual?**
- 8. Quais as três restrições inerentes à informação apresentadas pela NBC TSP Estrutura Conceitual?**
- 9. Quando uma informação contábil possui a característica qualitativa da relevância?**
- 10. Qual a diferença entre comparabilidade e consistência?**
- 11. A respeito das características qualitativas da informação contábil, quando é alcançada a representação fidedigna?**
- 12. Qual a característica qualitativa segundo a qual a informação deve estar disponível a tempo de ser útil?**
- 13. Qual característica qualitativa que ajuda a assegurar aos usuários que a informação contida nas demonstrações contábeis representa fielmente os fenômenos econômicos de outra natureza que se propõe a representar?**
- 14. Quando uma informação é considerada material?**
- 15. De acordo com a Lei 4.320/64, em qual momento são reconhecidas as receitas?**
- 16. De acordo com a Lei 4.320/64, em qual momento são reconhecidas as despesas?**



17. A arrecadação e o empenho dizem respeito à execução orçamentária ou ao reconhecimento contábil patrimonial?

18. Em que momento deve ser reconhecidas as variações patrimoniais aumentativas e as diminutivas?

19. A execução da despesa orçamentária e da variação patrimonial diminutiva devem ser reconhecidas concomitantemente?

20. As etapas da receita são previsão, lançamento, arrecadação e recolhimento. No caso de um imposto, como o IPVA, quando deve ser reconhecida a variação patrimonial aumentativa e quando deve ser reconhecida a receita orçamentária?

Perguntas com respostas

1. Dentre as empresas estatais, quais são obrigadas e quais aplicam facultativamente as normas da Contabilidade Aplicada ao Setor Público?

As empresas estatais dependentes são obrigadas a aplicar as normas da CASP. As empresas estatais independentes têm aplicação facultativa ou por determinação dos órgãos fiscalizadores ou controladores.

2. Qual o objeto da contabilidade aplicada ao setor público?

Patrimônio Público.

3. O RCPG tem o propósito de atender as necessidades específicas de qual grupo de usuários?

Nenhum. O RCPG não tem o propósito de atender a finalidade ou necessidades específicas de determinados grupos de usuários, mas sim de atender às necessidades dos usuários em geral.

4. O que abrange o RCPG?

As demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas, e a apresentação das informações que aprimoram, complementam e suplementam as demonstrações contábeis.

5. Quem são os usuários primários dos RCPG?

Os usuários dos serviços e os provedores de recursos, bem como os seus representantes.



6. Se houver algum conflito entre a NBC TSP Estrutura Conceitual e alguma norma específica, qual deve prevalecer?

Deve prevalecer a norma específica.

7. Quais as seis características qualitativas apresentadas pela NBC TSP Estrutura Conceitual?

Relevância, Representação Fidedigna, Compreensibilidade, Tempestividade, Comparabilidade e Verificabilidade.

8. Quais as três restrições inerentes à informação apresentadas pela NBC TSP Estrutura Conceitual?

Materialidade, custo-benefício e alcance do equilíbrio adequado entre as características qualitativas.

9. Quando uma informação contábil possui a característica qualitativa da relevância?

Quando tem a capacidade de influenciar significativamente o cumprimento dos objetivos da elaboração e da divulgação da informação contábil.

10. Qual a diferença entre comparabilidade e consistência?

A comparabilidade possibilita ao usuário identificar semelhanças e diferenças entre dois conjuntos de fenômenos. A consistência se refere à utilização dos mesmos princípios ou políticas contábeis e da mesma base de elaboração. A comparabilidade é o objetivo, enquanto a consistência auxilia a atingi-la.

11. A respeito das características qualitativas da informação contábil, quando é alcançada a representação fidedigna?

Quando a representação do fenômeno é completa, neutra e livre de erro material.

12. Qual a característica qualitativa segundo a qual a informação deve estar disponível a tempo de ser útil?

Tempestividade.

13. Qual característica qualitativa que ajuda a assegurar aos usuários que a informação contida nas demonstrações contábeis representa fielmente os fenômenos econômicos de outra natureza que se propõe a representar?

Verificabilidade.

14. Quando uma informação é considerada material?

Quando a sua omissão ou distorção puder influenciar o cumprimento do dever de prestação de contas e responsabilização, ou as decisões que os usuários tomam com base nas demonstrações contábeis elaboradas para aquele exercício.



15. De acordo com a Lei 4.320/64, em qual momento são reconhecidas as receitas?

Arrecadação.

16. De acordo com a Lei 4.320/64, em qual momento são reconhecidas as despesas?

Empenho.

17. A arrecadação e o empenho dizem respeito à execução orçamentária ou ao reconhecimento contábil patrimonial?

Dizem respeito à execução orçamentária.

18. Em que momento deve ser reconhecidas as variações patrimoniais aumentativas e as diminutivas?

No momento da ocorrência do fato gerador.

19. A execução da despesa orçamentária e da variação patrimonial diminutiva devem ser reconhecidas concomitantemente?

Não necessariamente. A execução orçamentária da despesa e contabilização patrimonial são independentes entre si. A orçamentária ocorre no momento do empenho. A patrimonial no momento da ocorrência do fato gerador da despesa.

20. As etapas da receita são previsão, lançamento, arrecadação e recolhimento. No caso de um imposto, como o IPVA, quando deve ser reconhecida a variação patrimonial aumentativa e quando deve ser reconhecida a receita orçamentária?

A variação patrimonial aumentativa deve ser reconhecida no momento do lançamento, que é quando ocorre o fato gerador do crédito tributário. A receita orçamentária, por sua vez, é reconhecida quando da arrecadação do imposto.



LISTA DE QUESTÕES ESTRATÉGICAS



Noções Gerais

1. (Quadrix/2022/CRECI 11/Contador)

Entre as características qualitativas da informação contábil, destaca-se a relevância. A informação é relevante se a sua omissão ou distorção puder influenciar o cumprimento do dever de prestação de contas e responsabilização (*accountability*).

2. (Quadrix/2022/CRMV MS/Contador)

Segundo o entendimento da Secretaria do Tesouro Nacional, é facultativa a adoção das normas do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público pelo Conselho Regional de Medicina Veterinária de Mato Grosso do Sul.

3. (Quadrix/2022/CAU SC/Analista Administrativo e Financeiro)

O Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), atualmente em sua 9ª edição, estabelece um novo marco para a contabilidade pública brasileira, alçando o patrimônio como seu objeto de estudo, sem ignorar, no entanto, as disposições da Lei nº 4.320/1964, cujo viés é predominantemente orçamentário. Nesse sentido, é correto afirmar que o MCASP se aplica,

- a) facultativamente, às câmaras municipais de vereadores.
- b) facultativamente, às empresas estatais independentes.
- c) facultativamente, às empresas estatais dependentes.
- d) obrigatoriamente, aos conselhos de fiscalização de atividades profissionais.
- e) obrigatoriamente, às entidades sindicais e aos partidos políticos.



4. (Quadrix/2022/COREN AP/Contador)

As empresas estatais independentes e as autarquias poderão, de forma facultativa, adotar as Normas de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade.

5. (Quadrix/2022/COREN AP/Contador)

De acordo com a NBC TSP - estrutura conceitual, o objetivo da elaboração e da divulgação da informação contábil é fornecer informações para fins de prestação de contas, responsabilização (accountability) e tomada de decisão.

6. (Quadrix/2022/CREMERO/Controle Interno)

As Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP), emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, são de observância obrigatória pelos Conselhos de Fiscalização Profissional, haja vista sua natureza jurídica de autarquia. Entre essas normas, destaca-se a NBC TSP – Estrutura Conceitual, de 23/9/2016, que aprovou a estrutura conceitual para elaboração e divulgação de informação contábil de propósito geral pelas entidades do setor público. Segundo o referido diploma, julgue o item.

Os relatórios contábeis de propósito geral contêm informação financeira prospectiva acerca da sustentabilidade das finanças do ente público; um exemplo disso são os relatórios fiscais dedicados à evidenciação da variação da dívida pública em determinado período, bem como da obtenção de resultados primários e nominais.

7. (Quadrix/2022/CRC PR/Assistente Financeiro)

De acordo com o MCASP, as normas de contabilidade pública ali contidas são de observância facultativa para as empresas estatais independentes e os conselhos profissionais, salvo determinação dos respectivos órgãos reguladores ou fiscalizadores.

8. (Quadrix/2022/CRC PR/Assistente Financeiro)

No que se refere às características qualitativas da informação contábil previstas no MCASP, é correto afirmar que, para uma informação ser relevante, ela deve ser capaz de influenciar significativamente as decisões de seus usuários; nesse sentido, a informação deixa de ser relevante quando um usuário em específico deixa de considerá-la em seu processo decisório.



9. (Quadrix/2022/CRC PR/Assistente Financeiro)

A característica qualitativa da informação contábil denominada representação fidedigna é alcançada quando, no registro de um fenômeno econômico, ocorrer a prevalência da essência da transação sobre sua forma jurídica.

10.(Quadrix/2022/CRC PR/Analista - Operacional)

O objetivo da edição das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público pelo Conselho Federal de Contabilidade é alinhar as práticas contábeis brasileiras aos padrões internacionais, valorizando a contabilidade patrimonial e resgatando o patrimônio como objeto da ciência contábil.

11.(Quadrix/2022/COREN AP/Contador)

Um dos elementos das demonstrações contábeis, segundo a NBC TSP - estrutura conceitual, é o ativo, conceituado pela Norma como um recurso controlado no presente pela entidade, como resultado de um evento passado.

12.(Quadrix/2022/CREMERO/Controle Interno)

Recurso é um item com potencial de geração de serviços ou com a capacidade de gerar benefícios econômicos; a fim de suprir suas necessidades financeiras para cobertura dos custos das políticas públicas, as entidades do setor público utilizam seus ativos imobilizados, principalmente, com a finalidade de gerar benefícios econômicos.

Orçamentário x Patrimonial

13.(Quadrix/2022/COREN AP/Contador)

No Brasil, de acordo com a Lei n.º 4.320/1964, adota-se um regime contábil misto para o reconhecimento de receitas e despesas orçamentárias.

14.(Quadrix/2022/CRC PR/Assistente Financeiro)

A Lei n.º 4.320/1964 determina que pertencem ao exercício financeiro as receitas nele recolhidas e as despesas nele liquidadas, e tais receitas e despesas serão utilizadas como parâmetro para apuração do resultado orçamentário.



15.(Quadrix/2022/CRC PR/Assistente Financeiro)

De acordo com a lógica de funcionamento do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, o registro contábil das receitas orçamentárias no estágio do lançamento não se utiliza de contas contábeis de natureza orçamentária, apenas de contas patrimoniais.

16.(Quadrix/2022/CRC PR/Analista Contábil)

No Brasil, coexistem, atualmente, dois regimes contábeis ligados às receitas e às despesas do setor público: um deles é referente à execução orçamentária, regida pela Lei n.º 4.320/1964, em que se contabilizam as receitas no momento da arrecadação e as despesas no momento do empenho; o outro está ligado às variações havidas no patrimônio líquido sob o enfoque patrimonial e obedece ao regime contábil de competência em função da NBC TSP - Estrutura Conceitual.

17.(Quadrix/2022/CRC PR/Inspetor Fiscal)

O registro das variações patrimoniais, aumentativas ou diminutivas, deverá obedecer ao regime previsto no art. 35 da Lei n.º 4.320/1964: caixa para receitas e competência para despesas.

18.(Quadrix/2022/CRC PR/Inspetor Fiscal)

Durante a execução orçamentária, para uma despesa ser considerada realizada, ela precisa, necessariamente, passar por três estágios: empenho, liquidação e pagamento.

19.(Quadrix/2022/CRT 4[PR e SC]/Analista Administrativo)

Para alcançar o objetivo de prover o bem-estar social à população, o governo necessita arrecadar receitas, que devem estar previstas na lei orçamentária respectiva. Em relação a esse tema, julgue o item a seguir.

O simples fato de prever uma receita de serviços na lei orçamentária anual já é suficiente para ocasionar impacto positivo no balanço patrimonial do ente da Federação.

20.(Quadrix/2022/CRT 4[PR e SC]/Analista Administrativo)

O consumo da dotação orçamentária fixada na lei orçamentária anual ocorre no momento do pagamento da despesa, de acordo com a Lei n.º 4.320/1964.



GABARITO

GABARITO



- | | |
|-----------|-----------|
| 1. Errado | 11.Certo |
| 2. Certo | 12.Errado |
| 3. B | 13.Certo |
| 4. Errado | 14.Errado |
| 5. Certo | 15.Certo |
| 6. Certo | 16.Certo |
| 7. Certo | 17.Errado |
| 8. Errado | 18.Errado |
| 9. Certo | 19.Errado |
| 10.Certo | 20.Errado |



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Lei 10.180/2001.

Lei 4.320/64.

NBC TSP Estrutura Conceitual.

Possati, G. *Contabilidade Pública*. Estratégia Concursos.

STN. (2021). *Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público 9ª edição*.



ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1 Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2 Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3 Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4 Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5 Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6 Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7 Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8 O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.